

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO
FEDERAL

Conselho de Cultura do Distrito Federal

ATA

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL**

No dia 20 de setembro de 2021 foi realizada, via remota, pelo programa Zoom Reuniões, das 10h00 às 12h00, a 13ª Reunião Extraordinária do Pleno do Conselho de Cultura do Distrito Federal com a presença dos seguintes conselheiros e conselheiras:

- Elizabeth Fernandes – Presidente do Conselho
- Iariadney Alves da Silva – Vice-presidente do Conselho
- Aline Maria da Silva Camilo – Conselheira Titular
- Fernanda Barbosa Adão - Conselheira Titular
- João Roberto de Oliveira Moro – Conselheiro Titular
- Pedro Paulo de Oliveira - Conselheiro Titular
- Rita de Cássia Fernandes de Andrade - Conselheira Titular
- Wellington José Lourenço de Abreu – Conselheiro Titular

A assessoria foi realizada por mim, Kenia Severo Pereira, Secretária Executiva do Conselho de Cultura do Distrito Federal.

Ao verificar o quórum mínimo necessário à abertura dos trabalhos, a Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, Sra. Elizabeth Fernandes, às 10h10, deu início à reunião extraordinária com pauta única:

PAUTA

10h00 - Proposta de áreas e linhas de apoio do Edital FAC Brasília Multicultural II;

21h - ENCERRAMENTO.

ORDEM DO DIA:

A Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, a Sra. Elizabeth Fernandes, iniciou as atividades informando que a reunião de hoje será traduzida/interpretada para Libras pelas intérpretes Elizeth e Eridan. Pediu aos presentes que procurem falar de forma mais pausada e evitem falar uns sobre os outros para ajudar no trabalho das intérpretes.

Informou que a 13ª Reunião Extraordinária do CCDF foi solicitada pelos conselheiros representantes da sociedade civil, que receberam demandas da comunidade, assim como ela, enquanto presidente, também recebeu demandas e quando a comunidade chama o Conselho atende.

Lembrou aos presentes que a reunião terá pauta única para tratar da questão do edital FAC Multicultural II, cuja proposta foi apresentada pela Secretaria de Cultura na semana passada e estará sob consulta pública até a zero hora de hoje.

Informou que o Conselho recebeu várias manifestações, por meio de cartas, de duas entidades do audiovisual e do Conselho Regional de Cultura de Samambaia. Falou que essas cartas foram disponibilizadas para todos os conselheiros do CCDF por e-mail e que essas cartas são cópias de cartas já enviadas à SECEC, com várias sugestões, e por isso não será necessário o Conselho encaminhá-las.

No que se refere a reunião de hoje, informou que todas as sugestões e opiniões que surgirem serão encaminhadas à SECEC, de forma bruta, pois não haverá tempo para tratá-las. Abriu a palavra aos conselheiros, solicitando atenção ao tempo de três minutos de fala, tendo em vista que o assunto é extenso e a sala está muito cheia.

O Conselheiro Wellington solicitou uma questão de ordem e comentou que como a presente reunião conta com a presença fantástica da comunidade é importante colocar a regra do jogo. Dessa forma, questionou se a primeira fala será para os conselheiros do CCDF e em seguida para a comunidade, ao que a Presidente confirmou que sim, que seguirá a regra de sempre com os conselheiros falando primeiro, seguido pelas inscrições da comunidade.

Assim, abriu as inscrições tanto para os conselheiros quanto para a comunidade, via chat.

A Conselheira Rita cumprimentou os presentes, fez votos para que a presente reunião gere bons frutos tanto para a comunidade quanto para o Conselho, pois há muito em fojo nesse momento. Assim, informou que os conselheiros da sociedade civil redigiram um documento, com uma análise do edital e um apanhado, pois os conselheiros da sociedade civil estão sendo muito requisitados desde o lançamento do edital, que conversaram com vários seguimentos do setor cultural e que a carta reflete um pouco do que absorveram desse debate.

Procedeu a leitura da carta:

Carta das(os) Conselheiras(os) representantes da Sociedade Civil do Conselho de Cultura do Distrito Federal

Assunto: Linhas de Apoio do Edital BRASÍLIA MULTICULTURAL II

Público-alvo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Agentes Culturais e Cidadãos do DF.

Brasília, 20 de setembro de 2021.

Os representantes da sociedade civil, do Conselho de Cultura do Distrito Federal, especificamente, as(os) representantes das cadeiras de políticas afirmativas, economia criativa e linguagens artísticas / expressões culturais, vem a público, para destacar pontos de grande impacto social e normativo identificados previamente e emergencialmente, na proposta de linhas de apoio previstas no Edital Brasília Multicultural 2. As informações foram coletadas por meio:

1. Da live realizada pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa transmitida na última quinta-feira (16/09), às 14h, para anunciar o Edital FAC Brasília Multicultural 2, no canal YouTube.
2. De manifestações identificadas e coletadas via canais de comunicação da SECEC.
3. De manifestações registradas em redes sociais dos quais as(os) conselheiras(os) são integrantes.
4. De manifestações em grupos macrorregionais.
5. De reuniões específicas nas quais as(os) conselheiras(os) foram convidadas(os) a participar para tratativa do tema.
6. De reunião técnica específica entre os membros da sociedade civil para tratativa do tema.

Segmentos Culturais envolvidos:

I I. Audiovisual

II II. Plataformas Culturais

Desdobramento dos segmentos culturais e linhas de fomento vinculadas:

AUDIOVISUAL

1.1 Produção de Longa-Metragem

1.2 Produção de Longa-Metragem – Documentários

1.3 Produção de Longa-Metragem – Meu Primeiro Longa

1.4 Obra Seriada ou Telefilme

1.5 Projeto Livre - Meu Primeiro FAC - As vagas desta linha de apoio destinam-se aos agentes culturais que não tenham celebrado contrato com o FAC

1.6 Projeto Livre

PLATAFORMAS CULTURAIS

2.1 Plataformas em Rede

2.2 Feiras, Eventos, Mostras e Festivais (com 2 módulos)

2.3 Feiras, Eventos, Mostras e Festivais (Temáticos)

2.4 Feiras, Eventos, Mostras e Festivais – Meu Primeiro FAC

2.5 Feiras, Eventos, Mostras e Festivais – Brasília, Capital Ibero-americana de Cultura 2022

Pontos de divergência normativa:

- Valores máximos de projetos no segmento de Audiovisual que ultrapassam os limites regulamentado pelo Pleno do Conselho de Cultura do DF - RESOLUÇÃO N° 1, DE 19 DE MARÇO DE 2021 que Dispõe sobre os limites de recursos do FAC e condições de acordo com o Art. 65 § 5º da Lei Complementar 934/2017.
- Nas linhas de PLATAFORMAS CULTURAIS - MÓDULO I - item 2.2 Feiras, Eventos, Mostras e Festivais, ultrapassam os limites definidos pela RESOLUÇÃO N° 1 ou que ainda não foram regulamentadas pelo Conselho de Cultura do DF.
- Verifica-se que Itens do Audiovisual e Plataformas Culturais precisam ser regulamentados ou readequados aos valores estipulados pela Resolução N° 1, DE 19 DE MARÇO DE 2021.
- Verifica-se possível infração de ordem econômica e de livre concorrência de acordo com a Lei N° 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011: “Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.”
- Identifica-se que nas linhas do AUDIOVISUAL (1.1, 1.2 e 1.3) é vedada a participação de agentes culturais proponentes pessoas jurídicas sem fins lucrativos, associações sem fins lucrativos ou instituições religiosas.
- Diretrizes básicas de acessibilidade não atendidas em todas as linhas de apoio;
- Não há direcionamento de obrigatoriedade de previsão de uso de plataformas para dar acesso a pessoas com deficiência auditiva e visual, retirando o direito garantido pela lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida - Lei N° 10.098, de 19 de Dezembro de 2000 e no Decreto N° 9.508, de 24 de Setembro de 2018 que reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos oferecidas em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta bem como garantidos pelo DECRETO N° 42.497, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021 que Assegura a acessibilidade de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida em eventos públicos e privados no âmbito do Distrito Federal.

- Descumprimento da lógica de participação social do Sistema de Arte e Cultura para os mecanismos de financiamento, em destaque, com o CCDF e Conselhos Regionais de Cultura do DF.
- Limitação de acesso à agentes culturais aos recursos do FAC com critérios não previstos em lei, como exigência de CNAE, tempo de CEAC, registros ANCINE.
- Vinculação de cronogramas de projeto à programas, projetos e ações sob a responsabilidade de orçamento da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, como por exemplo, Festival de Cinema de Brasília e Brasília como capital ibero-americana.
- Grande desproporcionalidade na distribuição de recursos do FAC o 1º bloco de editais de 2021 que contemplou cerca de 800 projetos e da proposta do Multicultural 2 que sugere que apenas 38 CNPJs sejam selecionados, desconfigurando as finalidades do FAC de apoiar, facilitar, promover, difundir e fomentar projetos e atividades culturais, harmonicamente.
- Índícios de descumprimento do artigo 65 da LOC § 4º sobre a execução do FAC em formato regionalizado, sendo vedada a destinação de mais de 1/3 dos recursos anuais do FAC a uma mesma região administrativa. Pelo referido edital, não há garantia de distribuição territorial adequada.

Solicitações da Sociedade Civil do CCDF emergencialmente:

a) A ampliação dos prazos para sugestões para a referida Minuta de linhas de apoio por um período de no mínimo 15 dias e que a consulta pública seja comunicada à toda sociedade civil via DODF para validade do ato.

b) Que seja elaborado pelas unidades internas responsáveis pelo Edital Multicultural 2, em no máximo 15 dias após o fechamento do prazo de consulta pública, relatório consolidativo com todas as sugestões recebidas, com destaque a quais serão consideradas e quais serão descartadas com as respectivas justificativas jurídicas para eliminação de sugestões. O relatório deverá ser disponibilizado para acesso no sítio web da SECEC.

c) Que seja formalizada consulta ao CCDF sobre a proposta de linhas de apoio para que o pleno possa deliberar sobre a minuta.

Observa-se a oportuna, conveniente e imprescindível apresentação de nova minuta e maior debate das linhas de apoio, do Edital Multicultural 2, pois a proposta apresentada, contraria e está em desacordo com itens e diretrizes normativas do Distrito Federal vinculados à Lei Orgânica da Cultura, e para além disso, retira o Distrito Federal da vanguarda na implementação efetiva de políticas culturais em nível nacional, e mantém um status quo com vícios de execução e socialmente desigual.

A representação da sociedade civil enfatiza que as políticas culturais, mesmo com todas as dificuldades, estão em desenvolvimento no Distrito Federal e com curva crescente, pois, estão fundamentadas em diretrizes essenciais para o cumprimento legal, harmonia territorial e artística na distribuição dos recursos vinculados ao sistemas de financiamento da cultura, e em destaque, o Fundo de Apoio à Cultura.

Esta carta tem por objetivo fortalecer as instâncias de participação social e possibilitar a desburocratização e diversificação do acesso às fontes de recursos para a cultura no DF, incluindo, deixar nítido que não podemos e não devemos abrir mão do cumprimento das regulamentações do Conselho de Cultura do Distrito Federal até esta data, e que todos os documentos vinculados ao Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, conforme deliberação do pleno do CCDF e atribuições previstas na LEI COMPLEMENTAR Nº 934, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017, estejam embasados, criem e gerem segurança jurídica nos Editais da Secretaria de Cultura e Economia Criativa para todo o seu público alvo, por período, com distribuição harmônica de recursos, visando essencialmente o pleno desenvolvimento da comunidade cultural do DF, em toda a sua diversidade social, artística, técnica e intelectual.

A presente Carta, foi desenvolvida com base:

- LEI COMPLEMENTAR Nº 934, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.
- Valores e Limites do FAC - Resolução Nº 1, DE 19 DE MARÇO DE 2021.
- Decreto de Fomento à Cultura do DF.
- LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.
- Lei da Livre Concorrência - LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.
- Lei da Acessibilidade - LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.
- Decreto da Acessibilidade - Decreto Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Assinam este documento:

Fernanda Barbosa Adão - Titular - Sociedade Civil - Matrícula - 2428849

Iara Alves - Titular - Sociedade Civil - Matrícula - 242466-5

Rita de Cássia Fernandes de Andrade - Titular - Sociedade Civil - Matrícula - 244228-0

Wellington José Lourenço de Abreu - Titular - Sociedade Civil - Matrícula - 242399-5

Finda a leitura da carta pela Conselheira Rita a Presidente comentou que a carta foi trazida ao CCDF que procederá sua envio à Secretaria de Cultura.

A Conselheira Fernanda cumprimentou os presentes e comentou que usaria seu tempo de fala para fazer destaques a proposta de linhas de apoio apresentada pela SECEC para o Edital Multicultural, em complementação detalhada à carta lida pela Conselheira Rita Andrade.

Apontou que os normativos e debates culturais os levam a questionar a não contemplação de pessoas físicas, pois elas também se configuram como agentes culturais; a vedação de participação de agentes culturais, proponentes pessoas jurídicas sem fins lucrativos, associações ou instituições fere o princípio da lei de concorrência. Destacou que a LOC, em seus artigos 48, 49 e 50, expressa que os recursos devem ser destinado de maneira prioritária ao financiamento de ações e projetos realizados prioritariamente por entes culturais, ou seja, todos eles, sem restrição em determinado edital.

Ressaltou que os agentes culturais, segundo o Decreto 38.933/2018, pessoas físicas, organizações da sociedade civil, entidades privadas com fins lucrativos, coletivos, pontos, redes e instituições da cultura atuantes na arte e cultura. Destacou que em sua análise da proposta, em sua análise pessoal, não houve manutenção dos limites definidos e estipulados pelo CCDF aos proponentes. Disse que pela narrativa apresentada o FAC está sendo utilizado como uma ferramenta de investimento cultural do governo, o que fere o direcionamento da LOC que têm por finalidade apoiar, promover, difundir e fomentar.

Destacou que a incorporação de registros artísticos para o acesso aos recursos do FAC, como por exemplo registro na ANCINE ou restrições de quina, que não estão previstas na LOC ou nas regulamentações do FAC também ferem princípios normativos da LOC, que é a lei maior da cultura. Falou que a vinculação de

projetos ao festival de cinema tira do proponente a liberdade de executar o projeto dentro do prazo previsto, que é estipulado em no máximo dois anos, é o que está corrente.

Comentou que isso é uma pressão para a sociedade civil. Falou que pessoalmente, por tudo que representa nessa cadeira de conselheira da sociedade civil e em sua trajetória, se sente tolhida em direitos e, por isso, pediu desculpas se em algum momento se alterar emocionalmente, mas que gostaria que os presentes entendam sua lógica de raciocínio para o que está sendo debatido hoje.

Apontou que é sabido que existe uma garantia de contratação de 50% dos projetos de mão de obra do DF, mas que isso não garante o pleno uso da mão de obra local e o giro econômico. Comentou que a indicação de lançamento comercial do filme direcionado e condicionado a resultados e estratégias do projeto fere princípios de aplicação de políticas públicas.

Destacou que nota-se na linha 1.4 da referida proposta está com direcionamento sem embasamento normativo para vinculação de objeto a projeto e pré-contratos. Destacou, ainda, que a acessibilidade cultural não está garantida em todas as linhas de apoio, conforme exigências de legislações do país. Frisou que a linha 2.1 da proposta há o condicionamento de tempo do CEAC para inscrição, o que fere os princípios normativos do DF, além de não terem sido apresentadas as propostas de formulários e anexos de inscrição para consulta pública e como eles foram referenciados na proposta, com novidades de preenchimento, inclusive, se faz necessária e urgente a avaliação do CCDF.

Também é sabido e por eles defendido, destacou, que a distribuição de reserva de vagas para projetos sacro religiosos, cultura popular, povos originários, LGBTQIA+, gospel etc. não são adequadas às premissas da LOC, ao plano de cultura e as recomendações deste Conselho; a proposta de Brasília como capital Ibero-americana foca na valorização do patrimônio tombado e da pluralidade da capital, bem como a ocupação dos espaços públicos. Falou que vincular o FAC a um projeto de gestão definida para 2022 condiciona mais uma vez o proponente a uma responsabilidade que é da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e não nos objetivos do FAC. Assim, comentou que identifica indícios de desvio de recurso, pois mesmo que a Emenda Constitucional nº 109/2021 [...] para o valor dos novos editais, para suplementação e sobras de exercícios anterior não devem ser utilizados pela Secretaria de Economia na Emenda 109, mesmo os recursos sendo empenhados esse ano.

Destacou que o assunto é controverso, que os prazos de consulta pública para o montante tão alto devem ser minimamente cumpridos. Comentou que irá disponibilizar seu relatório completo para as redes da qual faz parte, mas que gostaria de destacar a distribuição desse recurso nos últimos anos. Falou que recentemente, mais exatamente em 2020, receberam um extrato da Secretaria de Cultura com relação a contemplação do FAC, de 2015 a 2019, e que fez uma consolidação básica com relação a proporcionalidade da distribuição territorial desses recursos que estão até o momento sendo distribuídos por meio do FAC e destacou que existe uma concentração, uma desproporcionalidade muito grande entre as regiões administrativas, especificamente, Brasília (Plano Piloto); que de 2015 a 2019 tiveram setecentos e oito projetos contemplados, o que corresponde a R\$ 74.524.836,48 (setenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), ou seja, 48% de todo o recurso destinado ao FAC no período de 2015 a 2019 foi para a região do Plano Piloto.

Comentou que daí seguia uma sequência lógica: Guará, Taguatinga, Lago Norte, com 4%; Sobradinho, com 3%, tudo nessa faixa. Então, opinou que isso precisa ser refletido nesse edital e destacou mais uma caso de desproporcionalidade com relação a concentração recursos dessa proposta relacionada ao segmento cultural do audiovisual. Destacou que o FAC não irá suprir a ausência dos recursos da ANCINE para o setor do audiovisual e, por isso, é preciso avaliar a aplicação desses recursos nos seguimentos culturais para garantir a aplicação dos recursos democraticamente, atendendo as premissas sociais, econômicas, principalmente em um período pós pandemia.

Falou que é preciso observar, a partir desse extrato que receberam, que o segmento de música está com 20,31% de acesso aos recursos do FAC, o teatro com 17,41% e cultura popular e manifestações tradicionais com 11%, literatura, livros, leitura, escrita e oralidade com 11,08% de acesso aos recursos do FAC nos últimos anos e o audiovisual com 10,34%. Destacou que quando colocado em valores absolutos, se tem uma inversão, ficando o audiovisual em terceiro lugar, com 8,66% de percentual de recursos do FAC direcionados ao segmento e que o segmento da música lidera o recebimento de recursos quando

analisados os valores absolutos, com 9,84%. Apontou que até existe um equilíbrio, mas que não existe um equilíbrio de aplicação territorial e que também não há um equilíbrio nos valores absolutos.

Para concluir, apresentou algumas propostas que acredita que sejam necessárias para as próximas tratativas para o tema em discussão. Se dirigindo ao Conselheiro João Moro falou que o Conselho precisa de um novo extrato do FAC, de 2018 a 2021, contendo dados brutos de prêmios já pagos.

Sugeriu ao CCDF a formação de um GT com os conselheiros tanto da sociedade civil quanto de governo, para que possam trabalhar no período de consulta pública junto aos CRCs para formularem uma proposta que seja mais equilibrada, de modo a garantir a proporcionalidade. Sobre os limites do Edital FAC Multicultural II, falou que é preciso contemplar as perspectivas do Edital FAC Multicultural I para não limitar a participação, mesmo sem o resultado o edital I.

Apontou que é inviável que o FAC se torne um mecanismo de custeio de produção audiovisual em sua totalidade, que têm a perspectiva de outras fontes de contemplação de orçamento, pois é um segmento cultural de alto custo, com altos valores aplicados nos últimos anos, pelo FAC inclusive.

Destacou que estão aqui para tirar o ônus da SECEC, que existem indícios de direcionamento de recursos limitando a concorrência, então, estão aqui para fortalecer as instâncias de participação que foram formalmente eleitas e acionadas pelo sistema de arte e cultura.

A Presidente agradeceu e comentou que existe uma lista enorme de inscritos e que cada que ultrapassar o tempo roubará do tempo de outra pessoa, que poderá ficar impedida de se manifestar.

O Conselheiro João Moro cumprimentou os presentes e comentou que considera superimportante conversar sobre as dinâmicas possíveis e sobre o têm pela frente. Falou que tem certeza de que a Secretaria de Cultura está à disposição e animada por receber todas as sugestões e questões postas, mas que gostaria de lembrar duas coisas importantes: a primeira é que não há divergência normativa do edital com nada, simplesmente porque ele não foi publicado, logo não existe nenhuma divergência normativa; e a segunda, muito pontuada pelas Conselheiras Rita e Fernanda em relação a acessibilidade, é que a obrigatoriedade continua, que será utilizada a minuta padrão e os itens 12.1 e 12.2 exigem acessibilidade de quaisquer projetos, então, continua lá a acessibilidade.

Com relação a Lei nº 12.579/2011, apontou que a questão de livre mercado e livre concorrência, opinou, como uma pessoa que estudou direito, mas que não trabalha com isso hoje, que ela não se aplica nesse caso específico, mas que podem checar com o jurídico, todavia essa questão específica leva para a questão da desproporcionalidade que foi apontada com relação aos editais. Falou que não tanto com relação ao Art. 65, § 4º, da LOC, que acredita que cabe uma super discussão para tentar entender como garantir isso, mas que a desproporcionalidade entre os editais ela também não vale tanto assim, pois R\$ 56 milhões dos R\$ 161 milhões desse ano corresponde a um pouco mais de um quarto, assim, não concorda com a ideia de desproporcionalidade, pois o Edital FAC Brasília Multicultural I será suplementado em quase R\$ 17 milhões e terão uma ampliação de projetos, dessa forma, terão bastante coisa com relação a isso.

Lembrou que as Conselheiras Rita e Fernanda mencionaram algumas questões relacionadas a restrição, registro na ANCINE e tempo de CEAC e comentou que podem verificar se isso é juridicamente válido, que irão observar essas questões, mas que pessoalmente não vê como uma restrição, mas como uma forma de tentar fazer a política pública de uma forma mais da forma como estava sendo pensada.

Por fim, pontuou, se dirigindo a Conselheira Fernanda, que se houve indício de direcionamento que gostaria que a conselheira trouxesse isso para o Conselho para que saibam o que fazer com isso, pois, de fato, o edital sequer foi publicado, então, é muito difícil falar em qualquer coisa nessa linha, pois é algo super sério e não dá para ir para esse lado, que têm que pensar sempre na cultura da melhor forma possível.

Comentou que falou por um minuto e meio até agora, mas para resumir, pelo menos por enquanto, que estão aqui para ouvir, conferir e ver o que é ou não possível fazer e que estão com esse desafio de fazer a execução dos recursos até o fim do ano; acredita que esse seja o principal desafio que a Secretaria tem, tanto do Edital Brasília Multicultural I, como do Visual Periférico, como Edital Brasília Multicultural II, como da suplementação, como dos 5% que estão sendo trabalhados para também ajudar cada vez mais

a Secretaria de Cultura. Enfim, ressaltou que estão aqui para ouvir e analisar tudo o que a sociedade traz e estão aqui à disposição, que não apenas os conselheiros de governo, mas a Secretaria como um todo está à disposição para ouvir.

O Conselheiro Wellington cumprimentou os presentes, se apresentou como ator, palhaço e arte-educador. Agradeceu a Presidente do Conselho por ter atendido tão prontamente um pedido da sociedade civil que tem escutado todos os setores do DF e ela atendeu com prontidão, agradeceu a Secretária Executiva do CCDF que também os atendeu prontamente no final de semana. Contou que o final de semana não existiu para ninguém, que todos ficaram em cima desses editais. Agradeceu, ainda, ao Secretário de Cultura Bartolomeu Rodrigues e ao Governador Ibaneis Rocha por terem reconhecido e acatado o clamor da comunidade cultural. Ressaltou que essa vitória é da comunidade cultural, foi ela que fez todos sentarem nessa mesa, nesse exato momento, às dez horas da manhã, em caráter emergencial no CCDF, por isso, aplaude de pé a comunidade cultural.

Lembrou que também teve uma força do Tribunal de Contas do DF que judicializou e obrigou o governador e a Secretaria de Economia a executar o tão sonhado saldo remanescente, essa grande luta da comunidade cultural.

Parabenizou a SECEC por ter disponibilizado essa minuta de edital para que a comunidade cultural pudesse analisar. Se dirigindo ao Conselheiro João Moro, falou que quando falam isso preliminarmente em uma carta estão orientando a Secretaria, pois essa é a função do CCDF, orientar a Secretaria para que ela não cometa ilegalidades. Falou que esses atos normativos não foram publicados etc., mas que é essa a função do CCDF.

Apontou que uma minuta de edital já apresenta vícios e, diga-se de passagem, um vício de não atender a acessibilidade, não é que o proponente tenha que tornar seu projeto acessível, não é sobre isso que estão falando, estão falando que essa minuta deveria estar em formato braile e em formato libras para que essas pessoas também pudessem ter acesso a esse material. Falou que desde sentaram na cadeira do CCDF lutam por isso, tornar acessível é isso, que existem leis que obrigam e garantem esse direito e é obrigação do CCDF apresentar essas questões.

Registrou toda sua solidariedade ao trabalho do Subsecretário e Conselheiro João Moro, que tem certeza de que ele não deve ter dormido, pensando nesse montante e nessa coisa toda e rapidamente disponibilizar. Falou que todos estão aqui para somar e contribuir, que acha incrível esse espaço ter sido aberto em uma segunda-feira, pois é exatamente hoje que se encerra o período para envio das sugestões e que na carta da sociedade civil solicitam que esse prazo seja ampliado para que possam ter um olhar mais ampliado e criterioso, para que possam contribuir melhor.

Apontou que a sociedade civil e o Conselho de Cultura não dormiu e não dorme na verdade, que estão em cima dessa leis para tentar ajudar a comunidade a ter essa segurança jurídica na hora de executar seus projetos e até mesmo para se inscreverem no certame quando ele estiver publicado. Ressaltou que a cidade está em festa, mas também está em desespero por conta desse edital e, por isso, solicitaram essa reunião em caráter emergencial, pois a comunidade cultural tem diversas sugestões e que, por essa razão, falará bem pouco para que a comunidade possa falar.

Falou que algumas das sugestões que serão trazidas pela comunidade dialogam com o sonho de anos dessa plenária, que é fazer esse recurso chegar ao maior número possível de proponentes e que tudo o que tem a dizer sobre a minuta apresentada pela Secretaria foi dito preliminarmente nesse documento apresentado pela Conselheira Rita, mas que gostaria de saber, a título de debate, de discussão, para ampliar esse debate, como a Secretaria de Cultura chegou a esses valores, como farão com os valores dos festivais que ainda não foram regulamentados e como farão com os valores que ultrapassam os normativos desse Conselho?

Sugeriu que o período para envio das sugestões seja adiado até a semana que vem, para o dia vinte e oito de setembro.

Falou que desde que sentaram na cadeira do CCDF e que pediram ajuda da Secretaria para o tema de acessibilidade é que têm esbarrado na minuta de edital que já é padrão, que a Procuradoria-geral já aprovou, mas que precisam ampliar esse olhar, se não, não atenderão a toda a comunidade do DF, que atenderão um ou outro, mas não todo mundo.

Reiterou que sua fala é breve, que tem interesse em ouvir a comunidade cultural, pois, em verdade, essa plenária ajuda a debater com a comunidade o que eles pensam sobre tudo isso, que as sugestões já devem estar chegando à Secretaria de Cultura, mas que ouvir a comunidade é muito importante.

Finalizou a todos os presentes e parabenizou a Presidente do Conselho pela condução da reunião.

A Conselheira Aline cumprimentou os presentes e se apresentou como conselheira do CCDF e comentou que na reunião de hoje está aqui para escutar e saber o que a comunidade tem a dizer sobre essa proposta de edital, que receberam essa demanda da comunidade e que esse espaço é para isso, para escutar a comunidade e saber o que têm a dizer sobre em relação ao que foi proposto pela comunidade, mas que lhe cabe fazer uma observação com relação a carta dos conselheiros da sociedade civil, que achou alguns pontos bastante pertinentes, em relação a acessibilidade, em relação a verificação da distribuição do valor da territorialidade.

Finalizou dizendo que está ansiosa para ouvir a comunidade cultural, até porque a demanda da presente reunião partiu deles e que esse espaço é para escutá-los.

A Conselheira Rita cumprimentou a todos mais uma vez e comentou que gostaria de reforçar a fala do Conselheiro Wellington e que gostaria de trazer um certo esclarecimento. Falou que viu e reviu o lançamento do edital no YouTube e que a fala do Secretário lhe surpreendeu um pouco quando, segundo disse, o Secretário colocou a coroa de louros nele, dizendo que esse recurso chegou por uma negociação da SECEC e que gostaria de trazer alguns pontos que considera importantes.

Apontou que o CCDF, por meio de seus conselheiros da sociedade civil, que convidaram todos os outros conselheiros para assinar junto, fizeram uma denúncia ao Ministério Público no dia primeiro de setembro, fazendo uma provocação exatamente sobre o lançamento desse segundo bloco de editais, conforme previsto na Lei Orgânica da Cultura. Lembrou que um grupo grande da sociedade civil fez uma ação civil pública fazendo essa mesma denúncia, de cadê o superavit. Lembrou, ainda, que o TCDF, através de uma denúncia de diversos movimentos culturais, também fez esse questionamento desde que essa gestão assumiu, pois o superavit nunca foi publicado e têm esse imbróglio dentro dessa gestão.

Então, destacou, a sociedade civil faz parte da chegada desse recurso à Secretaria, que isso não pode ser esquecido, pois isso foi algo que a sociedade civil fez e colaborou para que esse recurso, que é da sociedade civil chegasse e para que a Secretaria de Cultura fizesse a gestão desse recurso num momento de exceção, pois sabemos que estamos em uma crise que está se tornando uma crise sistêmica porque já atinge diversos setores da sociedade, então, é fundamental que esse olhar seja feito, tanto de dar o mérito a sociedade civil pela luta constante, pela resistência e por todo o trabalho, pois dá muito trabalho, toma muito tempo, é um trabalho em que só o que querem, enquanto sociedade civil, é que esse recurso chegue e seja bem distribuído e que, de fato, atenda e movente o máximo possível a cadeia de produção da cultura. Ressaltou que considera esse ponto fundamental a ser dito, pois é muito ruim quando um Secretário de Cultura vai para um canal do YouTube, com uma alta visibilidade, e diz que esse dinheiro chegou porque o governo negociou. Ressaltou que não tinha nada a negociar, pois o dinheiro já é do setor, que era uma obrigação da Secretaria de Economia fazer esse superavit chegar, mas, ressaltou, que bom que ele chegou nesse momento e que devem celebrar, pois toda essa luta foi mais uma vitória do setor cultural do Distrito Federal.

Então, apontou, se tem na conta da cultura, salvo engano, R\$ 91 milhões, que não sabe os números exatos, mas que têm agora um edital de R\$ 59 milhões. Perguntou ao Conselheiro João Moro se o que ele chama de suplementação será esse valor que não está sendo editalizado agora?

Comentou que ouviu nas diversas reuniões que tem participado nesses dias que parte desse recurso, que os 5% garantidos na LOC vão para a própria execução do FAC, também questionou a veracidade dessa informação.

Comentou que gostaria de fazer uma fala sobre outro ponto que considera muito sério. Falou que uma das características dessa gestão da Secretaria foi sempre fazer uma pulverização dos recursos do FAC, que pulverizou de uma forma que ela, pessoalmente, sempre sinalizou que é preciso tomar muito cuidado, pois quando se pulveriza muito se coloca em risco o padrão técnico, estético e de conteúdo da produção artística do Distrito Federal. Então, apontou, qual foi o grande susto nesse momento, existe um abismo gigantesco entre o FAC Multicultural I, que contemplou oitocentos projetos e o FAC Multicultural II que

tem valores semelhantes e pretende contemplar trinta e oito projetos. Ressaltou que isso é inconcebível do ponto de vista da distribuição de recursos, que essa matemática é inconcebível e não tem como a sociedade civil acatar uma proposta dessa, principalmente em um momento em que se tem um setor extremamente fragilizado.

Apontou que tem muitos editais soltos, mas que tem pouco dinheiro circulando na cadeia produtiva. Então, se dirigiu ao Conselheiro João Moro, falou que não entendem essa lógica. Falou que compreendeu perfeitamente, vendo a apresentação, que existe uma proposta de retomada da economia no pós-pandemia e que acha interessantíssimo e que, inclusive, o Conselho de Cultura colocou isso diversas vezes, que era necessário que houvesse um planejamento de retomada, que o setor cultural, através de seus movimentos, também fez esse debate, mas que é inconcebível porque a proposta é muito dispare.

Ressaltou que o Conselho de Cultura do Distrito Federal, assim como a sociedade civil e a comunidade cultural, tem feito uma luta e uma resistência incessante em defesa da LOC e todos os documentos suplementares que regulamentam esse setor, assim, para eles foi um espanto a Secretaria de Cultura descumprir uma resolução que foi assinada, inclusive, pela Presidente desse Conselho que é representante da própria Secretaria de Cultura e, por isso, ficam perdidos dentro dessas propostas, pois a Secretaria luta por uma proposta, a própria presidente assina essa regulamentação, após uma consulta pública, após muito debate, com várias reuniões que contou com a participação da comunidade e que chegaram a um teto de gastos. Então, apontou, é muito ruim que a Secretaria de Cultura faça uma proposta que imediatamente fura esse teto de gastos e se concordarem com isso, disse se dirigindo ao Conselheiro João Moro e a comunidade cultural, abrirão um precedente perigosíssimo para que chegue um outro Secretário de Cultura, como tiveram o Adão Cândido, que diga vai fazer um edital de R\$ 50 milhões para uma única produtora e não terão mais chão.

Reiterou que o Conselho de Cultura continua cumprindo seu papel que é defender a Lei Orgânica da Cultura e todas as suas resoluções e regulamentações, que não podem sair dos limites de gestão, que precisam ser respeitados. Nesse sentido, apontou que caso haja qualquer proposta ela precisa ser debatida dentro do Conselho de Cultura.

Finalizou reforçando a solicitação de ampliação do prazo da consulta pública.

A Presidente apontou que com relação a Resolução nº 01/2021 está sendo divulgado nas redes um card, que reputa como *fake news*, de que o edital está ferindo a resolução, quando na verdade o que existe é uma proposta de edital que não foi publicado, que está sob consulta e que se for decidido, a Secretaria, como sempre faz, convocará uma reunião do Conselho para debater o aumento dos limites, se for o caso. Então, não é verdade que a lei está sendo descumprida e não é verdade que o CCDF está sendo desrespeitado como dizem as *fake news* que estão sendo divulgadas desde sexta-feira nas redes e nos vários grupos.

Informou que abrirá a palavra aos inscritos da comunidade, solicitou que não sigam o exemplo do CCDF e que respeitem o tempo de fala para que todos os inscritos consigam falar.

A Sr. Daniela Marinho informou que compartilhou no chat um compilado de vários dados do audiovisual para que possam debater sobre as especificidades do setor. Comentou que acredita que por não estar ocorrendo um processo de escuta ativa, pois essas consultas públicas com prazo muito corrido e com todos vivendo num momento de exaustão por conta dessa pandemia, com toda essa aflição por não terem uma orientação sobre como esse recurso será gerido, por isso, percebe que isso movimentou uma série de desgastes entre os participantes da rede, mas que fica feliz por estarem juntos nessa sala cheia, com todos fazendo um super esforço para participarem da presente reunião, abdicando de seus compromissos para prestigiar esse pleito de debate.

Falou que acredita que precisam fortalecer cada vez mais esse espaço de debate, ocupando o Conselho de Cultura, pois esse é o local para realizar o debate, se escutar mutuamente e entender o que é o ponto de cada setor para que possam caminhar juntos, pois esse é um recurso para todo o setor cultural do Distrito Federal e tudo é em prol do benefício de todos; que todos tem interesse que o recurso seja aplicado, mas é importante que cada um escute a outra parte, pois existem questões específicas que as vezes não conseguem perceber por estarem tão envolvidos em seus próprios universos que não

conseguem compreender as especificidades dos outros setores, não conseguem observar as demandas das outras áreas.

Comentou que o setor do audiovisual está passando por um momento muito difícil por conta da situação da ANCINE, que sabe que isso não tem nada a ver com o FAC, mas que de alguma forma tem sim, pois em 2018 o investimento nos longas metragens foi feito apenas pelo fundo setorial, como uma escolha consciente do setor, mas que isso gerou uma discrepância nos valores que passaram a ser discutidos na produção dos longas, especificamente, que é o coração de toda a cadeia produtiva do audiovisual, que todo o ecossistema do setor gira em torno do produto longa-metragem, pois ele sustenta todo um ecossistema de produção que vai aquecer toda a cadeia. Apontou que ele tem um fator de valor agregado que considera muito bom de ser debatido porque é positivo para diversas áreas, não apenas da cultura, mas áreas diversas econômicas do Distrito Federal, valor agregado esse que é estimado em 2,94 empregos indiretos gerados a cada emprego formal gerado.

Assim, ressaltou que o audiovisual tem uma capacidade de aquecimento de vários setores, não apenas o cultural que seria interessante colocar essa conta também na mesa, pois estão diante de uma super oportunidade investimento desses recursos do superavit que foi uma luta da sociedade civil para que esse recurso estivesse disponível para a Secretaria de Cultura agora e considera que cabe debater e refletir se cabe repensar o teto de gastos para pensarem em um produto ou outro que ultrapasse esse recurso. Falou que na escuta e no debate com os colegas percebe que está muito concentrado e que seria um pouco mais interessante se fizessem uma política um pouco mais pulverizada desses recursos, mas ainda assim pensando num produto do audiovisual que passasse desse teto e que tivessem a oportunidade de debatê-lo.

Comentou que também perceberam que os festivais foram muitíssimo prejudicados, então, opinou que seria muito interessante se trouxessem os festivais de cinema para a área do audiovisual e ainda atender essa demanda do setor que está falando que tem pouco para as outras áreas e assim trazer os festivais do audiovisual que são importantíssimos para a cadeia e para o edital.

Concordou com a proposta do Conselheiro Wellington de estenderem esse prazo, pois é muito pouco tempo para correr com essa consulta pública e tem vários temas que têm debatido muito e vêm que não tem avanço, como é o caso dos pareceres, como a questão da escuta do Conselho de Cultura e muitas outras coisas que considera que precisam continuar avançando. Finalizou agradecendo a oportunidade de fala.

A Conselheira Neide Nobre, do CRC de Sobradinho, agradeceu o espaço de fala e comentou que as palavras da Sra. Daniela Marinho a contempla. Lembrou que o FAC é um recurso de demanda da comunidade cultural e falou da importância do espaço desta plenária, do espaço do Conselho de Cultura que é um espaço de articulação e participação social, um espaço que precisa ser respeitado e é um espaço que a comunidade cultural já tem para participar das reuniões. Assim, falou que é muito triste quando veem agentes culturais da cadeia produtiva de cultura argumentando sem participar e isso lhe causa estranheza.

Apontou que outro fato que lhe causa estranheza é o fato dessa gestão estar agindo em antagonismo com suas propostas quando ela reforça a reconstrução dos CRCs e quando ela estabelece e lança a rede integrada no DF, então, ela não trazer com antecedência para a análise desse Conselho os editais ela já está fragilizando essa instância e, por isso, precisam reiterar e gritar aqui. Nesse contexto, fez coro a solicitação de extensão do prazo para essa consulta e ressaltou que não estão aqui querendo tirar direitos, que pelo contrário, estão aqui para garantir direitos e respeitar instâncias, visto que existe uma resolução que é de março de 2021, não faz muito tempo, que fala do teto e quando a Secretária de Cultura apresenta uma proposta de uma minuta com um valor acima do teto estabelecido pela resolução ela está sim em divergência com os normativos que já existem.

Reiterou a solicitação de ampliação do prazo de consulta e comentando que deseja deixar um coro reverberante pela ampliação do prazo dessa consulta pública para o dia vinte e oito de setembro e reforçar a importância dessas articulações com o envolvimento de toda a cadeia produtiva, pois nas redes sociais, nos grupos de WhatsApp estão todos voltados para entender. Deixou as seguintes perguntas para a reflexão de todos: qual o verdadeiro propósito do FAC e qual o verdadeiro propósito desse edital? Falou que gostaria que todos pensem nessas questões, para que possam contribuir de forma que atenda a

todos e que a comunidade cultural não queira nesse momento a alteração de resoluções, mas se adequar ao que já está posto.

Frisou que esse recurso é uma conquista de luta da comunidade cultural.

A Presidente mais uma vez solicitou aos presentes que respeitem o tempo de fala e continuará reforçando a questão do tempo para não ser obrigada a fechar os microfones, o que será uma atitude bastante antipática.

O Conselheiro João Breyer, do CRC do Gama, cumprimentou os presentes e comentou que concorda plenamente com a carta lida pela Conselheira Rita e com as colocações da Conselheira Fernanda. Falou que entende a posição dos conselheiros de governo de tentar defender algo que lhe parece indefensável, pois esse edital lhes pegou de uma forma. Falou que lutaram tanto para que o FAC pudesse ser pago em sua totalidade pela primeira vez na história e agora, depois dessa conquista, terão que passar por mais essa luta. Ressaltou que sua fala não pretende desmerecer qualquer área cultural, mas os valores estão exorbitantes e que agora é o momento de dividir, para que todos possam ganhar um pouquinho.

Sugeriu a suplementação do primeiro edital de forma que todos ganhassem e com o valor que sobrasse trabalhar com quem ficou de fora, de forma que todo mundo fosse atendido porque da forma como foi proposto, no momento que a imprensa pegar isso será um escândalo. Falou que sem querer criminalizar ninguém que o negócio está feito, uma coisa que dá vergonha. Concordou com a proposta da Conselheira Fernanda para a criação do GT, pois acredita que seria importantíssimo se fizessem um dia inteiro, chamando CCDF, representantes dos CRCs e de cada categoria do movimento cultural, para que pudessem em um dia trabalhando juntos fazer essa construção conjunta e aí seria uma grande revolução, pois seria uma coisa feita entre governo e comunidade e não uma coisa fechada, feita pelo governo e trazida pronta para que a comunidade cultura engula. Falou que para isentar o governo basta que ele faça com a comunidade, que chame os representantes para um planejamento estratégico, que chame alguém para fazer a mediação/facilitação, mas que essa construção seja coletiva, pois esses valores da forma como estão não atendem e deixam muita gente de fora; é preciso repensar, sem querer tirar o crédito das grandes produções que tem suas necessidades, mas o que é preciso agora é dividir o máximo com toda a comunidade cultural para que todos possam ser atendidos. Agradeceu a oportunidade de fala e finalizou.

A Presidente comentou que colocou o aviso no chat que as inscrições terão que ser encerradas, pois já temos vinte de cinco inscritos fora os conselheiros do CCDF. Reiterou mais uma vez a necessidade de todos respeitarem o tempo de fala.

O Sr. Thiago Aragão cumprimentou a todos os presentes e comentou que gostaria de fazer sua fala destacando alguns pontos que lhe chamaram a atenção, uma delas é que tanto para dentro quanto para fora do audiovisual, que não existe apenas um audiovisual, existem diferentes pensamentos e diferentes questões, mas que é muito importante terem essa troca de ideias, sob diferentes perspectivas e que, infelizmente a forma como as consultas públicas, as audiências públicas, não contemplam essa discussão que pode ter, pois o pessoal da Secretaria de Cultura que está na reunião para informar, mas acaba que a participação se dá apenas pelo chat o que dificulta na apresentação dos diferentes pontos de vista. Falou que a Daniela Marinho trouxe alguns e viu que pelo chat algumas pessoas trouxeram outros, o que mostra que não há uma posição única.

Outro ponto que abordou foi a notícia da chegada desse recurso, falando do audiovisual, que a chegada desse grande recurso por um lado os assustou porque, pelo desenho da Secretaria, atingiria apenas vinte projetos e que o Secretário Bartolomeu Rodrigues falou que os projetos grandes chegam a muito mais gente e isso é uma verdade, pois trata-se de grandes produções, mas existem outras possibilidades que podem ser pensadas, pois com mais projetos é possível capilarizar a chegada desse recurso para diferentes áreas do audiovisual e da cultura, então, é preciso pensar em diferentes questões que são possibilidades mais complexas. Falou que quando começaram a fazer o exercício sobre como seria esse edital para que pudessem respeitar a resolução do CCDF, viram que o recurso poderia bancar a realização de dez curtas, atingindo o limite poderiam bancar dez longas e quarenta curtas, mostras e projetos experimentais com projetos para incentivar novos trabalhadores que estão ali para realizarem seu primeiro filme, que geralmente o fazem na raça, algumas vezes com algum incentivo, mas que o recurso poderia chegar a muito mais gente e, inclusive, fizeram uma proposta e a mandaram para os canais de

escuta, mas que é lógico que essa discussão pode ser feita e entendida de diferentes perspectivas, pois existem grupos que defendem o edital de R\$ 3 milhões e grupos que defendem de menos, mas que o mais importante é pensar que o audiovisual não é uma coisa só e tem diferentes possibilidades, visto as diferentes reações a fala da Conselheira Fernanda que foram positivas e negativas, então, para que não pensem no audiovisual como uma coisa só, pensando que o audiovisual está sendo atacado ou que está atacando. Salientou que acredita que não é isso e que acredita que esse projeto pode chegar a muito mais proponentes o que faria com que tivessem uma maior capilarização do recurso e gerar um impacto muito maior em toda cadeia produtiva, de cinema, exibição e produção.

Finalizou agradecendo a oportunidade de fala.

O Sr. Moizez Vasconcelos, do Coletivo Backstage, comentou que faria a leitura das sugestões do coletivo que também foram encaminhadas por e-mail:

Sugestões do Coletivo Backstage Brasília - Consulta Pública - Minuta Padrão Edital:

Prezados,

O Coletivo Backstage Brasília em nome dos profissionais da técnica do DF, vem por meio dessa consulta apresentar suas sugestões para o Edital Multicultural II:

1. solicitar a destinação de reserva de ao menos uma vaga, no edital áreas plataformas culturais, linha 01, plataformas e redes, destinada a projetos que contemple ações relacionadas às atividades profissionais dos bastidores;
2. Solicitar, conforme prometido pelo Secretário de Cultura, Bartolomeu Rodrigues, a criação de um edital de bolsas, exclusivo para os profissionais de bastidores, com a concessão de duzentas bolsas de estudo no valor de R\$ 5 mil para profissionais que apresentem comprovação de inscrição em curso/capacitação profissional com carga horária mínima de vinte horas e certificação;
3. Prêmio destinado aos trabalhadores do backstage, acordado em reunião no dia 16 de abril, junto com a Deputada Júlia Lucy e com a presença do Subsecretário João Moro;

Gostaríamos de ressaltar que os profissionais da técnica foram os mais atingidos durante a pandemia do COVID-19 e apesar do acordo firmado em reunião realizada no dia 15 de abril no Gabinete, com a presença do Secretário de Cultura e da Deputada Júlia Lucy, essa Secretaria não contemplou esses profissionais de maneira satisfatória no primeiro bloco de editais.

Certos de vossa compreensão, nos colocamos à disposição para discussão das propostas apresentadas.

Finalizou sua fala, muito emocionado, informando que há um mês o Coletivo perdeu o técnico Fabiano Pereira, pai de quatro filhos, uma pessoa que certamente já esteve com alguns dos presentes, em muitas oportunidades e deixou mulher e quatro filhos. Muito emocionado, falou que se emociona muito, mas que acredita que isso é porque ama o trabalho e as pessoas.

A Presidente Beth Fernandes lamentou a perda sofrida pela família, pelos amigos e pela comunidade cultural.

A Sra. Cláudia Andrade iniciou sua fala demonstrando seus sentimentos aos Sr. Moizes, não apenas pela perda do Sr. Fabiano, mas também pelas várias outras pessoas que ou morreram ou estão em situação muito crítica em função da pandemia.

Comentou que se considera isenta no que se refere a questão de setor, pois, apesar de ser da DCV, eleita recentemente para a diretoria, e ser formada em audiovisual, tem uma atuação multicultural em teatro, música, eventos, circo, então, apontou, vê que é preciso ter mais união e mais harmonia entre as áreas e que cada área faça seu levantamento para identificar seus gargalos.

Falou que cada setor irá defender seus interesses, mas que cabe a Secretaria de Cultura estar atenta ao que contempla em sua gestão e a cada setor fazer sua luta. Contou que quando estava no fórum teatro sempre usava o pessoal da DCV, do audiovisual e da APROCINE como exemplo, por serem muito organizados, inclusive com CNPJ, estrutura e tudo, que faziam sua luta, articulavam e “conseguiram”.

Com relação ao edital, opinou que é fundamental que, não apenas a SECEC, mas toda a comunidade cultural, conhecer os fazeres de cada linguagem e suas especificidades. Concordou que o audiovisual é mais caro, porém, apontou, se na área de cênicas precisa de vinte pessoas, então, que a área de ciências também batalhe por isso.

Comentou que o planejamento da execução da SECEC, com as lutas anteriores, foi construído democraticamente, com o FAC regionalizado e a manutenção dos espaços, mas que não está mais acontecendo dessa forma, mas que entende que com as trocas de governo tudo muda e que isso não está acontecendo apenas na SECEC, mas em todo país; o que foi construído lá atrás parece que se perde, ficando apenas algumas coisas sedimentadas.

Sugeriu que seja concedido aos projetos contemplados pelo FAC uma possibilidade de captação integrada de recursos, seja via LIC ou outras fontes com incentivo e isenção, pois uma vez que os projetos estejam fomentados, contemplados pelo FAC, isso poderia garantir uma captação que envolvesse incentivos e benefícios para patrocinadores.

Com relação a questão de pessoas físicas e pessoas jurídicas, falou é muito difícil para as pessoas jurídicas, que muitos falam que a minuta é para a elite, mas que em vários editais existe a inscrição para pessoa física, porém, contemplado a execução tem que ser pessoa jurídica, onde o proponente pode propor um projeto maior como pessoa física, mas na hora de executar vem uma pessoa jurídica, uma produtora executiva, para poder executar.

Nesse contexto, sugeriu a ampliação do prazo de consulta. Fez um apanhado das vagas oferecidas nos últimos três editais para o audiovisual, onde, segundo informou, o setor teve o seguinte quantitativo de vagas: trinta e uma para desenvolvimento; quarenta e três para curtas; duas para longas; três para obra seriada no valor de R\$ 900 mil e longa com valor de R\$ 1,2 milhão. Falou que antes existia uma parceria com a Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que não existe mais, e que tudo isso deve ser levado em consideração. Exemplificou que se foram dadas trinta e uma vagas para desenvolvimento, que agora existem muitas vagas para produzir. Então, falou que não vê que nesse momento devam atender desenvolvimento.

falou que participa de vários grupos e que vê várias propostas interessantes como incluir games e ações formativas, que são fundamentais em todas as áreas, e que cada setor faça seu levantamento e que pense sobre isso.

A Conselheira Dayse Hansa, CRC do Plano Piloto, informou que a uma das gestoras de uma casa de cultura que esse ano completou trinta anos e estão ansiosos por receberem boas notícias do Edital Multicultural I, pois, pela primeira vez irão precisar de um recurso público para manter o espaço Mapati, se não conseguirem, provavelmente, pelo menos parte do espaço terá que fechar as portas, um patrimônio da cidade. Comentou que citou o espaço Mapati no início de sua fala, mas que muitos outros espaços fecharam nesses últimos anos.

Se dirigindo aos colegas do audiovisual, a quem declarou todo seu respeito, falou que acredita que perdem muito na discussão quando cada um acredita que só existe o seu setor; disse que sabe que essa fala não representa todas as pessoas do audiovisual, mas que existem pessoas que sentam na mesa de discussão e trazem essa fala que é muito prejudicial a cadeia cultural, que é diversa e que tem diversas linguagens e especificidades. Outro ponto, ressaltou, é achar que as outras áreas, que não aquele que pertence, não estudam ou não têm acesso aos dados e que não constroem o movimento; falou que constroem, que há doze anos estavam lutando pelo 0,03% e pensa que já se apresenta o momento de um novo movimento para conquistarem o 1% para a cultura que vai além do Fundo de Apoio à Cultura, pois

também considera um erro os recursos ficarem apenas no FAC porque outras linhas de fomento precisam ser trabalhadas.

Observou que o setor cultural sempre brigou pelos recursos. Antes porque tinham pouco, agora que têm muito estão mais uma vez brigando, mas que agora existe mais uma variante para essa história, estamos em período de pandemia, todos precisam viver e o setor da cultura precisa ser reconstruído; não é o teatro ou o audiovisual, são todos os setores e que se não colocarem na cabeça que existe um movimento plural, todos vão perder.

Ressalto a importância do respeito dos espaços de escuta e deliberação, reforçou a importância do Conselho de Cultura do Distrito Federal, pois em nível federal a cultura perdeu, que existe um Secretário Nacional que concentra poder, que o que está acontecendo com as instâncias de deliberação das políticas públicas a nível federal é um acinte, pois perdemos a força dos conselhos, por isso, é preciso respeitar o CCDF, pois é daqui que saem as resoluções e, para além dele, as conferências de cultura.

Opinou que o Edital I representa a massa e que o Edital II representa as grandes produções e as grandes empresas, por isso, ele é desproporcional, pois em uma política pública não é possível trabalhar com desproporcionalidades; falou que se forem analisados apenas esses dois editais isso estará flagrante, ainda que seja uma minuta. Assim, falou que espera que possam ter mais tempo para ajudar a Secretaria de Cultura a caminhar no rumo correto que é a distribuição do recurso nesse período de pandemia, em que todo o setor da cultura, que é composto de várias linguagens, precisa ser reconstruído.

Reforçou que não é tempo mais de falar em “eu acho”, isso não serve. O setor cultural precisa de dados que sejam anuais, bianuais, para no fim analisarem o decenal da cultura, pois o setor não tem dados dos dez anos para trás com a injeção do 0,03%. Falou que já passava da hora, fez um chamado para um resgate do setor da cultura. Mais uma vez lembrou que estamos em pandemia e reforçou que é tempo de distribuir o pão.

O Sr. Rojer Madruga, diretor da APBA-CO Associação de Produtoras Brasileiras de Audiovisual do Centro Oeste, iniciou sua fala parabenizando a Secretaria de Cultura pelo edital, pois muito se fala em exclusão, mas que o cinema está sendo excluído do FAC. Contou que, como produtor, quando olha para o edital logo diz “isso não é para mim”. Contou que é um pequeno produtor, assim como a grande parte dos produtores do Distrito Federal também o são e que são raríssimos os grandes produtores que entram no FAC.

Falou que fica impressionado com alguns argumentos que dizem que o orçamento do cinema é exorbitante, que exorbitante é um filme de R\$ 6 bilhões, como estão fazendo nos Estados Unidos, que isso é exorbitante.

Apontou que é preciso entender um pouco da cadeia produtiva do cinema, o que ela representa e o que ela gera de empregos. Para facilitar o entendimento do setor, contou que o último edital do extinto Ministério da Cultura foi em 2014, num valor de R\$ 1,5 milhão, naquela época, e que se hoje aplicassem a inflação chegariam a um valor de R\$ 2,5 milhões, assim, falou que não existe nada fora da lei no edital. Comentou que para se fazer um filme é como se tivessem eventos diários e que são trezentos ou mais empregos diretos gerados, não pensando apenas nos técnicos, mas também nos atores, figurantes etc. e que uma coisa que precisam pensar é que a maioria desses técnicos não são do Plano Piloto, são de todas as cidades satélites do Distrito Federal e que quando rodam é muito difícil rodar um filme no Plano Piloto e, inclusive, tentam tirar essa imagem do cinema de que é só o Congresso Nacional.

Falou que todos as pessoas do setor pensam de uma forma socialmente, de uma linguagem que possa mostrar o cinema de Brasília de forma diversa e que é preciso parar com essa história de dizer que há uma centralização, pois são pequenos produtores que estão pegando esses recursos que serão distribuídos em centenas de empregos e que não é possível dizer que farão um filme com R\$ 500 mil, pois não faz, que menos de R\$ 1,5 milhão é um risco enorme do produtor perder sua casa e seus bens e que vários produtores já tiveram problemas de colocar dinheiro do bolso para pagar equipes, dívidas e problemas jurídicos de prestações de contas, problemas com sindicato.

Salientou que é preciso pensar bem no que está sendo dito, pois são pequenos produtores, que filmes de grandes produções não entram aqui, pois são necessários dezenas de milhões.

Falou que em 2011 o DF teve um edital de R\$ 3 milhões e que não há nada de diferente, mas que por alguma razão o Conselho de Cultura decidiu definir um teto que não está no padrão do cinema nacional. Sugeriu a alteração do teto de gastos do audiovisual, subindo para R\$ 3 milhões para que não haja problemas.

Comentou que os produtores de cinema estão muito preocupados com tudo o que está acontecendo, que estão colocando o audiovisual como o bicho papão dessa história e que, muito pelo contrário, é o audiovisual que contrata os técnicos de todas as áreas. Agradeceu a oportunidade e falou que espera que o Conselho de Cultura repense o que está falando.

O Sr. Miguel cumprimentou a todos os presentes e parabenizou o Conselho, a Secretaria e todos aqueles que lutaram pela chegada desse recurso. Comentou que tem algumas sugestões, entre elas a forma como está se dando o edital que está privilegiando grandes empresas, que promovem a cultura nas cidades, mas de uma forma que cobram ingresso, onde a comunidade não tem acesso e ainda ganham grandes patrocínios e as pessoas que estão fazendo cultura nas camadas mais baixas, promovendo o acesso à cultura de uma forma praticamente livre estão sendo penalizadas com essa proposta de edital.

Comentou que já existem movimentos de repúdio e que acredita que a Secretaria será sensível às mudanças e fará algo parecido com o edital anterior que teve tanta coisa bacana como o “Meu primeiro FAC”, que foi uma ideia magnífica. Nesse sentido, sugeriu que a Secretaria faça essa correção, pois as grandes produtoras já têm no ingresso a forma de manter e custear o evento e que os demais que levam a cultura para as periferias não têm essa possibilidade, assim, opinou que a questão das grandes produtoras precisam ser revista com grande carinho e que isso não pode ser invertido, que os agentes culturais precisam continuar a promover o acesso com a ajuda da Secretaria.

A Produtora Cultura Cibele Amaral iniciou sua fala mostrando o volume de documentos referentes a prestação de contas incompleta de um projeto de audiovisual de 2016 que ainda está em aberto em função da pandemia e da crise na ANCINE. Apontou que o pedido para aumentarem o teto de gastos do audiovisual está sendo feito ao Conselho de Cultura há muito tempo e esse pedido, segundo falou, não tem nada a ver com o edital e que algumas pessoas não poderão participar do edital porque a ANCINE está “encalhada”, porque teve pandemia ou porque estão com suas prestações de contas ainda em aberto.

Falou que o audiovisual não concentra recursos, que ele distribui recursos e por isso não aceita os memes que viu circular durante o final de semana, pois as propostas são aceitas, mas agressão não é justo. Disse que ninguém do audiovisual de Brasília é grande, que não conseguem patrocínio e que não conseguem nada disso que ficam imaginando, mas que falar com as pessoas do audiovisual sobre como o edital pode ser mudado como é possível contribuir, que esse é o caminho, pois o pessoal do audiovisual não está conseguindo conversar porque existe ruído na comunicação e que os demais segmentos não os deixam conversar e se entender.

Ressaltou que há dinheiro para todo mundo, lembrou que terá a suplementação para os outros segmentos, que se fosse possível, preferia receber a suplementação ao lançamento do novo edital, mas que não terá suplementação para o audiovisual.

Pediu respeito ao audiovisual para que possam conversar, para que as associações possam se entender e fazer uma proposta.

O Sr. Carlos Augusto cumprimentou a todos que comentaram que acredita que a atual gestão da Secretaria de Cultura não pensava que teria algum problema com a proposta apresentada e que acredita que houve um erro na proporção da coisa por uma falta de estabelecimento de critérios de proporcionalidade. Lembrou que o Secretário de Cultura, quando assumiu o cargo, chegou dando entrevistas dizendo que seria diferente do Adão Cândido e realmente demonstrou isso em várias circunstâncias, ele criou o Primeiro FAC e isso foi mostrado, pois antes a briga do governo era para não realizar o FAC e a partir da entrada do Secretário Bartolomeu Rodrigues ele resgatou o FAC que estava cancelado e, mesmo que lentamente, o dinheiro chegou.

Apontou que é sabido que existe muita resistência da Secretaria de Fazenda, mas que tiveram uma vitória na justiça contra o governo que durante quatro anos não publicou os saldos e que esse saldo, pelos cálculos do governo, totalizaram R\$ 91 milhões; que o governo foi obrigado a liberar esse recurso que

agora existe para que possam incrementar agora nesse momento e que a posição que viu da Secretaria foi de contemplar cada vez mais pessoas, contemplar aqueles que nunca tiveram acesso ao FAC e isso foi um passo muito importante. Considerou um erro a Secretaria ter aplicado R\$ 53 milhões no primeiro semestre deixando o audiovisual de fora, que as pessoas cometem erros e que o Secretário comentou na live realizada na última sexta-feira que o pessoal do audiovisual reclamou, que ele falou que iria resolver essa questão e que teriam um FAC generoso para o audiovisual e que agora receberam essa proposta de edital, mas que acredita que houve um erro de proporção, pois está excluindo pessoas físicas e muitas pessoas fizeram CEAC às pressas para participar o edital do primeiro FAC, mas que não deu tempo. Assim, essas pessoas contam com a oportunidade de realizarem projetos agora e que o calendário previsto na lei estabelece blocos de editais a cada dois anos para contemplar todas as áreas.

Dessa forma, reiterou que está errado terem, num primeiro momento, feito um edital excluindo um setor e que agora está errado fazer um edital para um setor excluindo todos os outros. Apontou que outro grande erro é isso tudo está sendo discutido nos gabinetes da Secretaria de Cultura à revelia do Conselho de Cultura e que o CCDF tomar conhecimento de uma minuta de edital por meio de uma live, quando o governo está dando conhecimento para toda a sociedade, é um retrocesso ao tempo que não existia Conselho de Cultura. Afirmou que o Conselho de Cultura não é para pegar as propostas da comunidade e encaminhá-las ao governo, o papel do Conselho é deliberar, discutir, para definir pelo menos quais são os parâmetros que devem ser seguidos, uma vez que é um órgão normativo e deliberativo.

Reforçou que uma minuta de edital não pode ser feita sem a decisão do Conselho de Cultura. Comentou que a Sra. Cibele falou que o aumento do teto vem sendo solicitado há muito tempo ao CCDF e lembrou que as normas de limite são estabelecidas pelo Conselho de Cultura que se reuniu e decidiu no início desse ano e que a decisão foi feita considerando as reivindicações feitas pela área do cinema e que não podem alterar essa decisão por uma questão circunstancial, pela disponibilização de um recurso inesperado.

O Produto filmmaker e Conselheiro Werry Rodrigues, CRC do Guará, iniciou sua fala dizendo que vive os dois mundo e vê todos os aspectos da cultura que já foram falados, mas que também vive o audiovisual e entende o cinema profissional. Falou que, infelizmente, com R\$ 1,8 milhão um filme profissional pode até não rodar. Esclareceu que não está falando de filmes que serão engavetados no YouTube, está falando de filme profissional que é rodado no cinema, nos players digitais como Netflix, Amazon, Disney etc. e que quando se roda uma websérie uma diária custa R\$ 100 mil, R\$ 1 milhão em dez dias e se esse filme dura quinze dias ele quase não tem mais dinheiro para ser produzido, lembrando que para se fazer um filme é preciso pagar diversas outras coisas e, por isso, R\$ 1,8 milhão não dá para fazer um filme, mesmo que pareça muito.

Outro ponto de vista que apresentou foi que filmes independentes, curtas-metragens, websérie para o YouTube esses rodam com R\$ 80 mil, R\$ 50 mil, pois não são exatamente profissionais, por mais que possam parar na Cardume, que é, para aqueles que não sabem, uma distribuidora para curtas-metragens e webséries em nível de cinema independente. Assim, falou que existem dois públicos totalmente diferentes nesse edital.

Parabenizou o CCDF pelo edital, que por um lado é mais profissional, mas, que por outro lado, concorda com seus amigos de conselho, que são possíveis algumas melhoras. Falou que, como produtor filmmaker, entende muito bem o que acontece em todo o lado profissional. Exemplificou que existem outras coisas como games que não estão no edital de forma explícita, mas que as pessoas podem concorrer como projeto livre. Nesse contexto, sugeriu que a SECEC utilize umas das rubricas de filme longa-metragem, que tem valor de R\$ 1,8 milhão e o dívida em pequenos curtas que podem ser produzidos pelos produtores independentes e dessa forma já é possível aumentar e atender a demanda trazida por seus amigos conselheiros, pois concorda que trinta e oito é um número muito pequeno e fazendo esse desmembramento é possível atender a diversos outros com projetos livres.

Contou que participou de uma reunião no Guará, com vinte e duas startups, sendo três de games eletrônicos que são incríveis com jogos sendo produzidos no Guará. Falou que existem várias coisas que podem ser feitas que não são tão graves, até porque não se pode mais perder tempo.

Reiterou suas sugestões e finalizou comentando que o cinema profissional gasta realmente muito, mas que também emprega muito.

A Presidente do Conselho informou aos presentes que já são 11h55, que ainda temos onze inscritos aguardando a oportunidade de falar e que estenderá a reunião, impreterivelmente, até às 12h30. Assim, solicitou aos inscritos que, por favor, respeitem o tempo de fala.

O Sr. Leonardo Góes iniciou falando da importância de não esquecerem que a questão do superávit é uma vitória do movimento cultural e que a prova disso é que nos últimos quatro anos isso não foi publicado e que só acatou depois de uma decisão da justiça, o que mostra que não foi uma questão de boa vontade política do governo. Falou que uma questão que precede a minuta do edital é sobre como os editais vêm sendo discutidos nesses últimos lançamentos de editais. Opinou que antes de discutirem minuta é preciso discutir o processo e que a Lei Orgânica da Cultura, que também foi uma conquista do movimento cultural, prevê em sua intenção de que deve haver a descentralização dos recursos e que deve haver consulta e, por ter consulta, existe todo um sistema para que ocorram as consulta e esse sistema é formado pelo CCDF e os Conselhos Regionais de Cultura, podendo estabelecer outras instâncias.

Apontou que a lei não estabelece a forma de consulta, mas que acredita que não há necessidade de regulamentar porque já está explícito na forma da lei a intenção de que haja consulta, que haja debate e de que seja aberto. Porém, apontou, existe um erro gravíssimo, pois primeiro o governo apresenta uma minuta para que seja discutida, quando o normal seria existir uma discussão para só então se produzir uma minuta, como aconteceu em editais anteriores, mas que não tem sido feito por esse governo.

Opinou que o primeiro grande equívoco que precisa ser levantado diz respeito à LOC e sua natureza, diz respeito aos princípios da LOC e que a discussão deve preceder a proposta e não ser feita de forma posterior, como acontece agora. Comentou que esses conflitos estão ocorrendo porque os processos de escuta e de consulta não estão sendo respeitados e que isso não é algo subjetivo, é algo que fere inclusive a esfera legal.

Disse que as suspeitas de favorecimento, direcionamento ou discussão de balcão que foram levantadas na fala da Conselheira Fernanda e que o Conselheiro João Moro pediu que a mesma apresentasse provas, se dirigiu ao Subsecretário e falou que o que abre a suspeita de indícios de favorecimento é a forma como o processo de consulta/discussão está sendo feito, pois essa minuta foi produzida por alguém e é sabido que ela não foi produzida pelo Conselho e que não é fruto de um debate aberto, então, de que forma ela foi produzida, perguntou.

Comentou que o próprio processo sugere que exista um vício, que possa existir um favorecimento e que possa ter havido discussões de balcão que ferem o conceito de democracia, de república, do que é público.

Apontou que é óbvia a concentração de recursos na minuta apresentada e que não é possível fazer nenhuma manobra retórica tentando provar o contrário, pois quando a Secretaria lança um edital de R\$ 53 milhões contemplando oitocentos projetos essa Secretaria defende a descentralização dos recursos e agora tenta convencer a comunidade cultural do contrário com o argumento de que grandes projetos irão gerar mais emprego, mas que isso pode não ser verdade, pois é seria necessária uma análise macroeconômica, com a análise de uma rede de dados para afirmar isso, principalmente por ser do conhecimento geral que são as pequenas empresas as maiores geradoras de empregos, além de não existirem provas que projetos maiores gerarão mais empregos do que na distribuição de projetos menores.

Falou que considera legítima a reivindicação do cinema, que não pretende entrar nesse mérito, pois existe a questão dos limites e que o cinema passou um bom tempo sem ter um edital específico. Reiterou que a reivindicação é legítima, mas salientou que a discussão deve ocorrer de forma aberta e transparente, com um prazo que permita o amadurecimento das propostas.

Finalizou reforçando a necessidade de prorrogação do prazo de consulta pública e que ela seja realizada de forma transparente, às claras. Apontou que o grande número de participantes na presente reunião demonstra que as pessoas não tiveram chance de participar do debate, mas que agora querem aproveitar essa oportunidade.

Apontou que não adianta colocar um valor de R\$ 2 milhões, R\$ 1 milhão ou R\$ 800 mil em festivais esse ano, com esses valores que subiram absurdamente, sendo que ano que vem o FAC não terá

suplementação, questionou como essa política será sustentada no próximo ano.

Finalizou dizendo que a Secretaria precisa observar essas questões, que são questões legais.

A Presidente solicitou mais uma vez que os inscritos respeitem o tempo de fala, lembrou que além do chat que está sendo registrado, a presente reunião está sendo gravada.

O Sr. Pedro Garcia iniciou sua fala comentando que ele e seus colegas nunca fizeram filme de R\$ 1 milhão, mas que seus filmes são bem grandes e muito bons, para além disso, falou que não deseja falar de dados e de números, pois muitos já falaram sobre isso e dados estão em jogo para os dois lados. Apontou que seu desejo é abordar de uma dimensão humana e estética, acredita que esses recursos que estão em jogo poderiam gerar uma política pública muito séria e revolucionária se se atentassem a outras dimensões do que só com um valor para competir com Rio e São Paulo. Acredita que uma política pública que observe as necessidades do cinema e do Distrito Federal e que queira uma transformação real, que poderiam pensar, por exemplo, que o cinema experimental nunca foi contemplado, que as políticas de formação de público são muito mais transformadoras que três filmes para competir com Rio e São Paulo.

Opinou que poderiam pensar em questões de território, raça e gênero que não estão sendo pensadas, pois tudo é feito a toque de caixa com uma lógica que não compreende a quem interessa; entende que o debate precisa ser mais profundo, pois está sendo feito de uma forma muito rasa e muito rápido. Falou que a Secretaria precisa fazer com que esse debate ocorra ao longo do ano e realmente escutem a comunidade cultural, pois isso não vem acontecendo atualmente. Disse que esse edital teria uma potencial enorme de transformação, mas que está sendo desperdiçado por uma lógica de algo que já foi dado e é preciso pensar para além disso.

A Sra. Camilla Shinoda comentou que também é do audiovisual e que, assim como o Pedro, considera importante trazer essa ideia de que o audiovisual são vários, que existem vários modelos de produção e que não devem pensar na política pública do DF para competir com Rio e São Paulo, pois é preciso pensar na realidade local e lhe incomoda muito a periferia ser trazida se tivesse apenas técnicos, sendo que no Recanto das Emas existe um campus formando uma série de autores, diretores, pessoas com potencial enorme; na Ceilândia existe também o projeto Jovens de Expressão, com pessoas que fazem uma produção incrível, mas nunca são contemplados pelo FAC.

Observou que considera a discussão da alteração do teto muito complexa para ser realizada em tão pouco tempo, não que esse tema não deva ser discutido, mas pensa que esse edital veio em um momento muito difícil, em um momento em que todo o setor da cultura está em crise. Comentou sobre a proposta do Convergência, que já foi encaminhada para a Secretaria e comentada no chat, na qual sugerem que o valor de R\$ 37,2 milhões do edital do multicultural que inicialmente irão beneficiar vinte projetos, na proposta colocam isso para duzentos e doze projetos; disse não consegue dizer qual das duas propostas irão gerar mais empregos, mas que, no mínimo, essa proposta com duzentos projetos provavelmente conseguirá capilarizar esse recurso para mais pessoas. Finalizou agradecendo o espaço de fala.

O Sr. Allex Medrado, professor do IFB, iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de fala e ao CCDF, comentou que não deseja tomar muito do tempo, pois corrobora com as ideias de seus amigos do Convergência, Camilla, Pedro e Tiago, e concorda com algumas falas de outras pessoas do audiovisual. Disse que seus alunos do Recanto das Emas e colegas que trabalham com o audiovisual também estão aptos e querem fazer seus filmes, que a maioria gostaria de estar à frente de seus filmes e não apenas serem vistos como técnicos ou meros apertadores de botões.

Contou que no IFB têm uma política de emancipação e que essa emancipação passa por esse lugar de realização e ente que esse momento que estamos, que não privilegia uma democracia e/ou uma distribuição o faz pensar na questão da economia e no momento vivido pelo audiovisual do Brasil, que acredita que nunca passou por um momento de progressismo, mas que atual precisam pensar na realidade atual e que distribuam de uma forma mais igualitária e que entende que quem não consegue realizar um filme de longa-metragem com R\$ 1,5 milhão nesse momento é importante que existam outros que consigam e que irão representar muito bem a identidade brasileira.

Acredita que nesse momento uma política pública deve distribuir de forma igualitária e pensando nisso, lá no Recanto das Emas, falam muito sobre modos de produção e acredita que seja importante falar

sobre modos de produção de formas diferentes. Citou um exemplo de alguém que consegue fazer um filme de longa-metragem, de vai para as salas de cinema e para o Netflix com menos de R\$ 1,5 milhão, pois existem várias formas de fazer audiovisual e nesse momento as pessoas que precisam de mais devem abrir espaço para aquelas que podem fazer com menos e buscar recursos fora.

Apontou que na conjuntura atual, trata-se de uma questão de redistribuição é uma questão democrática.

O Sr. Marcelo Vinícius, do projeto Jovem de Expressão, iniciou saudando as Conselheiras Fernanda e Rita que fizeram belíssimas falas, além de saudar os professores que lhe antecederam na fala, pois está na posição de um jovem produtor cultural e um jovem realizador de audiovisual, que está na coordenação do projeto Cine de Expressão. Comentou que fica muito incomodado quando a periferia é pensada como um lugar de técnicos, que os projetos que existem hoje na periferia, com projetos de formação na área de audiovisual, contribuem não apenas para a construção de um cinema amador como foi dito, mas para um novo cinema profissional para o Brasil.

Com relação à proposta de edital, comentou que, como pessoa do audiovisual, acredita que está extremamente concentrado, pois a proposta não tem linha de formação, não tem linhas para curta e média metragem, não tem cineclube, que são linhas que considera importantíssimas para a formação de público para o audiovisual, então, entende o que foi dito por seus colegas do audiovisual, sobre o momento que estão vivendo e o sucateamento da ANCINE, mas que ver a proposta do Primeiro FAC e a proposta que têm agora é muito triste e demonstra um retrocesso, pois com o Meu Primeiro FAC viram os avanços que são possíveis, sem falar no FAC Visual Periférico que foi feito no ano passado e ainda não saiu o resultado.

Comentou que sua fala é mais no sentido de se atentarem para as diversidades dentro do audiovisual, tendo em vista que estão em um debate muito sério e acredita que política pública tem que ser pensada de acordo com a realidade do território, pois não adianta terem espaços de formação se a política pública não vai atender esses jovens que estão sendo formados.

A Presidente agradeceu e comentou da importância da contribuição dada.

O Sr. Patrick de Jongh iniciou falando sobre o cenário nacional onde no governo federal fala que o audiovisual é um movimento de esquerda e no governo local, incluindo pessoas do movimento cultural, é dito que o audiovisual é um movimento de elite; considerou tais comentários lamentáveis e vergonhosos, visto os comentários chulos que constam no chat, comentários classistas. Falou que é importante que se concentrem no que interessa, que é produzir, fazer a cadeia se movimentar.

Apontou que alguns comentaram que não sabem se projetos maiores alavancam mais pessoas e afirmou que sim, que alavancam, sugeriu que olhem os castings no final dos filmes, disse que estava falando por ele, mas que outros produtores podem falar também, mas que, no mínimo, cento e cinquenta pessoas e se pegarem esse número e multiplicarem por trinta e oito CNPJs serão cinco mil e setecentas pessoas impactadas. Falou que quando monta seus projetos não lhe interessa de onde a pessoa vem, pois às escolhe por sua expertise, assim, terá cabeças de equipe e técnicos da periferia, mas que isso não vem ao caso, pois precisam pensar na expertise e que quando estão movimentando o cinema, quando tentam fazer projetos com mais musculatura, com mais potência, não é para o projeto andar sozinho, pois quando conseguem fazer projetos com mais potência conseguem mais relevância e conseguem fazer arranjos regionais para Brasília com dois para um, ou seja, como dito pelo Caetano no chat, foram R\$ 70 milhões trazidos pelo audiovisual para o FAC e se não têm potência para alcançar voos maiores não conseguem girar a classe, não conseguem fazer coisas boas e não conseguem melhorar a técnica, pois, sim, existem projetos para YouTube, para festivais, para comerciais e o audiovisual navega por todos eles, alguns com orçamento alto, outros com médio ou baixo e ainda aqueles que são feitos na raça.

Salientou que é necessária a compreensão de que o audiovisual não está interferindo nas decisões de nenhuma área, que quando a Secretaria lança um edital o setor do audiovisual pode acatar ou discutir internamente, mas que invadir outra área, desqualificar ou fazer meme lhe causam grande incômodo, pois acredita que os movimentos culturais precisam trabalhar como um relógio que tem peças grandes e pequenas. Falou que o sonho de uma cadeia produtiva independente é começar com o fomento do governo e ir crescendo para que cada vez menos necessite desse incentivo e o ciclo se feche.

Observou que a ideia de fazer projetos grandes é fazer com que o dinheiro flua, pois se não ganhar esse edital de agora, eventualmente, ganhará outro lá na frente e que, até por uma questão de prestação de contas, não é possível ganhar FAC todos os anos. Falou que, para que tenham potência, é importante que tenham projetos profissionais, sejam grandes, médios ou pequenos, mas que tentar, por uma questão de afronta, diminuir o valor do audiovisual é um absurdo, uma falta de empatia.

A Sra. Simone Queiroz, produtora executiva da RA da Ceilândia Sul, do P Sul, comentou que conhece o pessoal do Jovem de Expressão e até já tentou fazer algum projeto junto com eles, falou que é da área técnica, mas que ocupa um cargo de liderança na empresa que trabalha. Contou que produz e já ganhou FAC e projetos federais pela ANCINE.

Comentou que os últimos FACs realmente foram mais voltados para o Plano Piloto porque tem uma questão prática a ser vencida e, às vezes, o proponente da Ceilândia não consegue vender essa questão burocrática e quando consegue ele tem problema lá na feed de execução de projeto. Acha que foram, sim, criados vários indutores regionais como o Meu Primeiro FAC, como cotas para as diretoras mulheres negras, várias maneiras de fazer com que esse recurso chegasse lá, mas muitas vezes ele não chega porque falta uma espécie de educação do proponente nessas áreas para que consigam vencer a burocracia nessas áreas que é muito grande e muito pesada.

Para além disso, comentou que já estão há mais de três anos sem nenhum recurso potente para o audiovisual e como já dito, vários projetos ganharam desenvolvimento, mas questionou o que acontecerá agora com esses projetos. Salientou que a proposta da Secretaria é para que exista um teto e isso significa que pode apresentar um projeto de R\$ 500 mil ou um de R\$ 1 milhão ou ainda um projeto de R\$ 3 milhões, nada impede, pois é um teto que cada um apresenta conforme seu orçamento e também existem os projetos livres que podem convergir linguagens, onde podem apresentar projetos de curtas ou de games, por exemplo, mas acredita que não estão levando isso em consideração.

Falou que quando apresentam um orçamento não tiram esses valores da cabeça, pois são obrigados a seguir uma tabela SINDCINE/UFGV e essa tabela é praticada em todo o Brasil. Falou que ficam de três a cinco anos com cada projeto e às vezes mais, por conta da prestação de contas. Citou projetos que foram realizados fora do eixo Rio/São Paulo, mas em Recife, por exemplo: o Som ao Redor foi filmado com R\$ 1,9 milhão, em 2013, com Kleber Mendonça; um filme independente, que rodou vários festivais e é um filme que trouxe muito soft power para o Brasil. Apontou que o último filme do Kleber Mendonça, filmado em 2018, que também é um filme independente, custou R\$ 7,7 milhões e trouxe muito soft power para o Brasil.

Sugeriu que as pessoas tenham muito cuidado quando as pessoas não escutam o setor julgam, dizendo que estão com valores exorbitantes e que querem pegar das outras áreas, quando não têm o conhecimento necessário para falar, pois ninguém usa o recurso da forma que quer, seguem leis, tabelas e uma prestação de contas muito pesada.

Falou que fica muito chateada com esse ataque ao audiovisual sabendo que existem recursos enormes indo para eventos e que tiveram dois FACs que o audiovisual praticamente não foi privilegiado; que o FAC de 2019 não teve audiovisual, o FAC de 2020 teve dois projetos e o FAC de 2021 também dois projetos de produção, então, não entende aonde querem chegar.

O Sr. Ankomárcio, do Circo Atitude, cumprimentou os presentes e comentou que falava também em nome do pessoal do Taubaté, do Araporanga, da Vila do Boa, artistas que fazem circo, cinema, teatro, dança, que precisam acessar esse recurso para que a vida nessas comunidades se torne melhor e quando esses números são transformados em arte torna-se possível mostrar ao governo que é preciso aumentar o investimento em arte e cultura. Falou que tem certeza que nenhum dos setores tem trabalhado com valores ideais e não estão falando sobre quanto cada setor deve ganhar, pois somente quem é do cinema, por exemplo, pode dizer quanto o cinema deve ganhar, mas sabe que o circo também trabalha com valores bem aquém do que precisaria trabalhar e que o circo sabe como é difícil levar a cultura a lugares que, muitas vezes, nem o cinema chega por falta de uma sala e, inclusive, acha que o cinema precisa encontrar uma forma de fazer com que seus produtos circulem, pois não sabe qual foi a última vez que as pessoas da periferia puderam ver um filme de Brasília.

Contou que, muitas vezes, quando vai a algum festival de cinema vê sempre as mesmas caras, como se fosse o festival dos amigos dos amigos e acredita que isso precisa ser reciclado, que precisam ampliar esse fazer que é tão importante para todos. Considerou que neste momento tem-se a oportunidade de transformar Brasília na Capital da Cultura, que depois de uma pandemia tão severa esse recurso reverbera de uma forma tão positiva que o Brasil volte seus olhos para Brasília em função do volume de produções culturais, mas se, ao contrário disso, todos não estiverem sensíveis às outras linguagens e às outras regiões talvez polemizem esse momento e acabem tendo uma briga que acabará na rua, pois todos sabem que só a Samambaia tem mais de duzentos mil habitantes e o FAC é 0,03% da arrecadação do dinheiro e esse recurso precisa chegar aqueles que arrecadam, pois é um dinheiro do povo que os artistas utilizam para gerar produtos culturais para voltar para o povo.

Apontou que não podem fragilizar a linguagem cultural e construir uma polêmica pública para no meio de uma pandemia a população começar a questionar o porquê de cento e pouco milhões estarem sendo investidos em cultura enquanto existem hospitais cheios; falou que ao contrário disso, precisam fazer com que a comunidade diga que ainda bem que agora têm cinema, música, teatro, artes plásticas, dança etc. para que consigam sobreviver a essa pandemia.

Clamou para que todos estejam atentos não para lutar por sua linguagem, pelo seu dinheiro, mas pela cultura, para quando precisarem ir novamente às ruas, pois sempre precisaram ir, que vejam mais pessoas do cinema com suas plaquinhas, lutando, pois nessa hora todos são cultura e não as linguagens que representam. Lembrou que esse dinheiro não é de um, ele é de todos e ao invés de brigarem, que todos possam lutar pelo 1%, como foi sugerido, e que todos possam novamente voltar às ruas, pois é lá que as coisas se decidem.

Falou que tem certeza de que quando o próprio governador rodar pelas cidades satélites e se deparar com grupos de teatro, dança, capoeira, circo etc. ele poderá ver a testemunhar a felicidade da comunidade cultural por terem a maior execução da cultura do Brasil ou ele pode ouvir a lamentação.

Contou que muitos não estão na presente reunião porque não tem internet para participar e que ele, pessoalmente, pagou um plano para poder comparecer e escutar por duas ou três horas e poder falar por três minutos. Falou que precisam agir de forma que a população do DF seja mais sensível à cultura e para que quando fizerem uma pesquisa, que a população cite que o mais importante para eles é saúde, educação e cultura, pois muitas vezes ficam em uma bolha entre eles, mas que precisam fazer com que suas artes, seus fazeres culturais, circulem pela periferia para que as pessoas comecem a pagar ingressos, mesmo que em valores módicos, mas que isso gere receita para que a cultura se sustente e para isso é necessário fortalecer o segmento para que cada um consiga viver de arte sem que dependam tanto do FAC, pois ninguém consegue viver só de FAC e vivem de cultura diariamente.

Contou que ontem participou de uma reunião em que o comandante da PM pedia ajuda para diminuir os índices de violência, dizendo que a Polícia Militar precisa trabalhar em parceria com o movimento cultural.

Pedi para que o pessoal do cinema não ache que as outras linguagens estão contra eles, pois muitos gostariam, inclusive, de fazer parte desse universo e que tem muita gente boa por aí que faz cinema e que consegue realizar.

O Sr. Caetano Cury concordou com a fala da Dany Marinho que logo no início da reunião solicitou mais tempo, pois acredita que precisam desse tempo para que o audiovisual possa apresentar os seus dados e, por isso, desejam uma reunião extraordinária com o Conselho, pois o audiovisual é um segmento importante com frentes diversas, como dito pelo Tiago e pela Sara, e que precisa ser escutado porque o segmento está sendo atacado por todos os lados e, por isso, estão perdendo muitas coisas que já foram construídas.

Falou que se enganam aqueles que pensam que podem fazer cinema sem que produtoras venham antes para formar uma cadeia estabelecida de locação de equipamentos, de transporte de catering, elenco, técnicos etc., nada disso é trabalho de apenas uma pessoa, de um só produtor, tudo isso é uma construção.

Comentou que há muitos anos o audiovisual vem nessa luta, que atua desde o início nas ações em prol dos recursos do FAC e mobilizaram o setor na luta para que esse recurso chegasse, participaram da

mobilização da sociedade civil, na ação civil pública, além das ações do TCDF. Salientou que não estão nessa reunião para fazer um pedido sem estarem na luta para. Disse que toda essa questão da concentração foi criada, mas que as associações estão tentando conversar sobre a minuta e estão inclusive falando sobre projeto mais progressistas, que falam sobre indutores dentro dos valores de tetos das linhas. Comentou que sempre escutam o discurso que diz que é complexo executar isso, quando pensam que na verdade é essa complexidade que pode ajudar a dar o acesso; que indutores de complexidade custo que podem pontar projetos com valores de orçamentos menores porque têm arranjos produtivos diferentes e que circunstancialmente estão mais bem colocados para determinado certame, mas que existem projetos que não têm essa possibilidade.

Salientou que, para o cinema, R\$ 3 milhões não é um alto valor, que esse valor é um ponto de partida para um projeto de baixo orçamento ou um *start money* para quem quer ser grande e que, na realidade, no Distrito Federal não existe ninguém grande ainda, que ainda estão em um processo de construção. Apoio a proposta de ampliação do prazo de consulta e comentou que a discussão sobre o teto do audiovisual precisa ir adiante, pois o audiovisual fez essa solicitação há muito tempo e isso vem sendo obstruído no Conselho por intolerância e um debate desqualificado, de desconhecimento da área e dos dados do setor.

Reforçou que o audiovisual trouxe para o Distrito Federal, desde 2013, R\$ 60 milhões e esse valor é muito superior ao valor que o FAC colocou no audiovisual; nos últimos cinco anos o FAC colocou R\$ 2,1 milhões nos longas, valor esse que não foi contratado ainda, está falando de fechamento de produtora, de fechamento de cadeia e, por tudo isso, precisam tratar desse assunto com muita responsabilidade.

Falou que a periferia faz cinema e faz muito bem, que quem faz cinema na periferia está colocando seus filmes em plataformas de streaming internacional. Diante disso, falou que o que precisa ser construído são os indutores para as linhas, pois os tetos que foram colocados no edital estão ótimos para as linhas, mas que precisam falar sobre os indutores e se não há tempo para falarem sobre eles, que falem sobre a fragmentação das linhas, corroborando com o que foi dito pelo Tiago, e olhem também para o investimento que foi feito no audiovisual nos últimos dois anos, pois estão falando das linhas, mas existe muito dinheiro para desenvolvimento, pouco para produção e quase nada para distribuição, que é outro gargalo que o setor vem enfrentando, pois existem filmes feitos que não conseguem ir para o cinema porque a ANCINE parou em 2018 e isso é sufocante para o setor e está acabando com uma política que vem desde a década de setenta, que é a política de regionalização da cultura, que foi um esforço de muita gente e o audiovisual faz parte dessa história.

O Conselheiro Lucas Rafael, CRC do Guará, cumprimentou os presentes e comentou que em 2022 fará vinte anos que trabalha, de forma profissional, com o audiovisual e que nunca trabalhou em nenhum projeto de audiovisual do DF que tivesse um orçamento de mais de R\$ 300 mil, mas já colaborou com muitos com orçamento abaixo disso. Falou que entende que o audiovisual demanda um custo muito alto e que trabalha com tabela FGV, como já falado por muitos, mas lembrou que todos os projetos querem trabalhar com um mundo ideal, que é trabalhar na tabela FGV.

Comentou que no Multicultural I, todos tiveram que se espremer e pagar seus profissionais abaixo da tabela FGV e questionou por que, então, o audiovisual poderia remunerar de maneira ideal. Apontou que existe uma deliberação do Conselho por um valor de R\$ 1,5 milhão e que entende que trata-se de um valor baixo, visto que o audiovisual trabalha com valores superiores a isso, mas que é preciso lembrar que antes o setor tinha o Fundo Setorial do Audiovisual

que é um fundo legítimo exatamente por vir do setor e ser pago pelo setor para que as coisas aconteçam e que agora só têm o FAC, que é o Fundo de Apoio à Cultura de maneira ampla, com todas as linhas.

Dessa forma, considerou inviável uma proposta de meia dúzia de projetos receberem R\$ 3 milhões ou R\$ 1,8 milhão, esquecendo os curtas-metragens que podem ser feitos com R\$ 200 mil e beneficiar associações e pessoas físicas que os produzem.

Lembrou que muito foi falado da periferia na presente reunião. Falou que o cineasta Adirley é um exemplo, pois faz filmes com menos de R\$ 1 milhão e os coloca nas plataformas; o que demonstra que é possível fazer filmes com valores inferiores a R\$ 1 milhão e colocá-los nas plataformas. Ressaltou que não

existe apenas o Adirley fazendo filmes de qualidade nas periferias, que existem muito mais pessoas além dele, mas que esse recurso não tem chegado a essas pessoas e é preciso que chegue.

Apontou que esquecem, como já falado, do pessoal dos games e que Brasília tem uma produção muito grande nesse setor e é preciso verificar isso para que o recurso não se concentre em poucas pessoas do Plano Piloto. Ressaltou a importância de se garantir recursos para os projetos experimentais do audiovisual, pois o audiovisual não vive apenas dos longas-metragens, mas também de várias outras linhas que não estão previstas nesse edital.

Reiterou que não se trata de uma briga para retirar recursos do audiovisual, mas sim por uma melhor distribuição dos recursos para que todos tenham oportunidades igualitárias, pois não é possível que apenas uma vaga para pessoas negras. Trouxe um dado de que em 2018 a ANCINE revelou que menos de 1% das mulheres negras que produziram filmes receberam recursos públicos, assim, apontou, trazer uma cota com um filme para mulheres e um filme para pessoas negras precisa ser repensada.

A Presidente Elizabeth agradeceu e passou a palavra à Vice-presidente, Iara Alves, lhe solicitando que fizesse as palavras finais para o encerramento da presente reunião.

A Conselheira Iara agradeceu a participação da comunidade na presente reunião que foi convocada emergencialmente, reforçou a fala da Conselheira Rita no início da reunião, quando da leitura da carta da sociedade civil, em que tratava do aumento do prazo da consulta para um período de quinze dias. Solicitou que sáisse da presente reunião o encaminhamento para a confecção de um documento solicitando o aumento de prazo.

Retomou as falas sobre a necessidade de respeito à Resolução elaborada pelo CCDF, que é preciso obedecer as regras que foram estipuladas com debates e consultas públicas; ressaltou que não está dizendo que não precisem retomar o debate sobre o tema, mas que nesse momento é preciso obedecer as regras que foram anteriormente estabelecidas.

Com relação ao edital como um todo, falou que ouviu atentamente todas as falas e comentou que fala como alguém da periferia que está ocupando uma cadeira do CCDF, que é importante pontuar que é uma mulher negra e sapatão e que essa é sua visão de mundo e no CCDF. Falou que trouxe isso desde que se candidatou e que, sim, defende o acesso e, em sua opinião, o FAC é acesso.

Apontou que algumas pessoas falaram sobre ataques ao audiovisual e considera importante retomar o que é o audiovisual e quem o produz, sempre lembrando que existe audiovisual na periferia e que em nenhum momento isso foi atacado, mas que foi pontuado que essas pessoas precisam ser incluídas, trabalhando, criando etc. Lembrou que a criação também alimenta a alma e que a periferia também precisa dessa alimentação e é preciso pensar sob esse ponto de vista.

Falou que acredita que precisam pensar de uma forma igualitária, tentando equiparar todas essas arestas sociais que estão postas. Opinou que se fizessem uma proposta para que todo esse recurso fosse para a periferia e que apenas técnicos do Plano Piloto fossem selecionados teríamos uma reação totalmente diferente, o que demonstra a necessidade de também se olhar o lado contrário da questão.

Com relação à consulta pública, ponderou que o prazo é muito pequeno, além de não ter passado pelo CCDF com antecedência. Solicitou à comunidade que encaminhem suas sugestões para que isso possa ser fomentado e que o CCDF tenha outra reunião extraordinária para continuar esse debate. Reiterou que o prazo de consulta foi muito curto e que se os representantes da sociedade civil do CCDF não tivessem solicitado essa reunião, sequer teriam esse debate o que é algo muito grave e violento a essa instância de participação social.

Perguntou à Presidente se precisam votar esses encaminhamentos ou se os conselheiros de governo estão de acordo.

O Sr. Caetano Cury perguntou à Presidente se o CCDF recebeu a carta encaminhada pela APROCINE na sexta-feira com solicitação de reunião extraordinária, ao que a Presidente respondeu que o Conselho recebeu a carta na noite de sexta-feira, mas que só no sábado a visualizou, tendo chegado junto da solicitação da sociedade civil para a realização da presente reunião.

Respondendo a Conselheira Iara, a Presidente reiterou que a carta da sociedade civil será encaminhada à Secretaria.

A Conselheira Rita chamou atenção para a presença de vários produtores de grandes festivais na presente reunião, mas que eles não se manifestaram. Lembrou que a ressalva do CCDF também faz referência ao valor proposto para os festivais e que o debate ficou somente em torno do audiovisual, que de fato precisa de uma análise aprofundada, mas que é uma pena que os produtores dos grandes festivais não fizessem nenhum tipo de fala, pois esse valor também está ultrapassando o teto de gastos que foi amplamente debatido. Ressaltou que no momento do debate e da consulta pública nenhum desses produtores esteve presente nem a participação efetiva das associações. Reiterou que é uma pena que nenhum desses produtores tenha se manifestado e que ficaram silenciados dentro deste debate.

Comentou que acreditam que a Secretaria vá acatar a solicitação de prorrogação dos prazos, tendo em vista que o debate ainda não foi concluído, assim, em seu entendimento, não tem como encerrar essa consulta hoje. Dessa forma, propôs a realização de outra reunião extraordinária antes do fechamento para que possam continuar com esse debate.

O Produtor Fábio Pedroza se manifestou dizendo que as inscrições foram sumariamente manifestadas, sem aviso prévio. Comentou que é da área de festivais, embora não se enquadre como grande festival, e não pode falar pelo encerramento sumário das inscrições. Apontou que entende que foram muitas inscrições, mas que é de praxe avisar antes do fim das inscrições e que essa postura foi muito equivocada dentro da importância do debate.

Ressaltou que embora não faça grandes festivais, ou festivais na casa dos milhões, gostaria de ter falado exatamente sobre essa questão, mas que não pode em função do encerramento das inscrições.

A Presidente se desculpou pelo fato e comentou que anunciou o encerramento das inscrições no chat sem o devido anúncio.

O Sr. Fábio falou que compreende, mas que achou importante pontuar para que não pareça que os festivais não estiveram presentes, além dos vários comentários feitos no chat da reunião. Reiterou que está participando da reunião desde o início e que considera importante a manutenção dessas práticas democráticas, por mais atípica que seja a presente reunião, que conta com a participação de pessoas que comumente não estão presentes. Parabenizou o CCDF por mais uma vez conduzir o debate nesse espaço tão importante de discussão, mas que, exatamente por isso, é importante pontuar a questão do encerramento das inscrições.

A Conselheira Lara falou da importância de definirem uma data para a realização de uma reunião extraordinária, de pauta única, para continuarem o debate, ao que a Presidente lembrou que o CCDF terá reunião ordinária na próxima terça-feira, 28 de setembro, e que não vê a necessidade de uma reunião extraordinária, mas que podem colocar em votação.

A Conselheira Rita propôs que a reunião extraordinária aconteça na próxima quinta-feira, 23 de setembro, a partir das 19h, ao que os conselheiros da sociedade civil votaram em concordância, os conselheiros de governo votaram contra e a Presidente deu o voto de qualidade contrário à proposta.

A Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e a participação de todos os setores que estiveram presentes e encerrou a 13ª Reunião Extraordinária do Conselho de Cultura do Distrito Federal.

Antes de encerramento houve uma discussão sobre qual seria o posicionamento do pleno do CCDF quanto à prorrogação do prazo, no qual vários conselheiros da sociedade civil e conselheiros regionais solicitaram que a prorrogação seja votada pelo Conselho, ao que os conselheiros de governo apontaram que não são contra a proposta de prorrogação, mas que a solicitação será encaminhada à Secretaria que irá deliberar pelo atendimento ou não da solicitação.

O Conselheiro João Moro lembrou que muito foi falado sobre legalidade, mas que é preciso atentar para todos os prazos, dos prazos de edital na rua aos prazos de recurso, que continuam a ser contados da mesma forma. Então, a Secretaria precisará fazer uma análise do que é possível fazer com relação aos prazos.

A Presidente Elizabeth comentou que a área técnica e a Assessoria Jurídica da Secretaria já estão analisando a questão dos prazos e que darão uma resposta quanto à prorrogação do prazo de consulta pública até a tarde de hoje para que possam dar uma devolutiva à comunidade.

Às 12h52 a Presidente deu por encerrada a 13ª Reunião Extraordinária do Conselho de Cultura do Distrito Federal, ficando atribuída a mim a redação da ata da presente reunião que a submeterei aos Conselheiros de Cultura do Distrito Federal para aprovação.

Seguirão anexos à presente ata o chat da 13ª Reunião Extraordinária do CCDF, a proposta de áreas e linhas para o Edital Brasília Multicultural II e a carta redigida pelos conselheiros da sociedade civil.



Documento assinado eletronicamente por **KENIA SEVERO PEREIRA - Matr.0247653-3, Secretário(a) Executivo(a)**, em 18/10/2021, às 17:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH FERNANDES - Matr.0245379-7, Presidente do Conselho**, em 18/10/2021, às 17:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON JOSE LOURENCO DE ABREU - RG 1570434 SSP/DF, Usuário Externo**, em 18/10/2021, às 18:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Barbosa Adão, Usuário Externo**, em 19/10/2021, às 11:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE MARIA DA SILVA CAMILO - Matr.0238577-5, Coordenador(a) do Fundo de Apoio à Cultura**, em 19/10/2021, às 12:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr.0244224-8, Membro do Conselho**, em 21/10/2021, às 14:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CÁSSIA FERNANDES DE ANDRADE - Matr.0244228-0, Membro do Conselho**, em 22/10/2021, às 15:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IARIADNEY ALVES DA SILVA - RG 2738210 SSP/DF, Usuário Externo**, em 25/10/2021, às 14:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA MORO - Matr.0242538-6, Subsecretário(a) de Fomento e Incentivo Cultural**, em 03/11/2021, às 15:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=71243495)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=71243495)
verificador= **71243495** código CRC= **A2E9671C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCTN, Via N2, Anexo do Teatro Nacional - Bairro Asa Norte - CEP 70070-200 - DF

00150-00002458/2021-11

Doc. SEI/GDF 71243495